

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Q54 Uma questão de gênero / Albertina  
de Oliveira Costa, Cristina Bruschini,  
— Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos;  
São Paulo : Fundação Carlos Chagas,  
1992.

Bibliografia.  
ISBN 85-85363-42-8

1. Mulheres — Condições sociais.  
2. Feminismo. 3. Mulheres —  
Estudos. I. Costa, Albertina de Oliveira.  
II. Bruschini, Cristina.

91-0912 CDD — 305.42  
CDU — 3-055.2

Copyright © 1992 by Albertina G. de Oliveira Costa  
e Maria Cristina Aranha Bruschini

Copidesque: Tina Amado

Capa: Patrícia Lima  
Diagramação: Sônia Regina Duarte de Paula  
Revisão: Cristina Possidente, João Henrique de Assis Machado,  
Rosani Santos Rosa Moreira, Antonio dos Prazeres,  
Fabiano Antônio Coutinho de Lacerda

Direitos exclusivos de publicação adquiridos pela  
EDITORA ROSA DOS TEMPOS  
Rua da Candelária, 9 — gr. 407 — Rio de Janeiro, RJ — 20091  
Tel.: (021) 233-8492

Distribuição exclusiva da  
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.

Impresso no Brasil pelo  
Sistema Cameron da Divisão Gráfica da  
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.  
Rua Argentina 171 — 20921 Rio de Janeiro, RJ — Tel.: 580-3668

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL  
Caixa Postal 23.052 — Rio de Janeiro, RJ — 20922

## SUMÁRIO

- APRESENTAÇÃO 6  
INTRODUÇÃO 9
- O FEMINISMO NA ENCRUZILHADA DA MODERNIDADE  
E PÓS-MODERNIDADE 15 ✓  
Bila Sorj
- FEMINISMO, ACADEMIA E INTERDISCIPLINARIDADE 24  
Lia Zanotta Machado
- TEORIA E MÉTODO DOS ESTUDOS FEMINISTAS: PERSPECTIVA  
HISTÓRICA E HERMENÊUTICA DO COTIDIANO 39 ✓  
Maria Odila Leite da Silva Dias
- OS ESTUDOS SOBRE MULHER E LITERATURA NO BRASIL: UMA  
PRIMEIRA AVALIAÇÃO 54  
Heloísa Buarque de Hollanda
- FAZENDO GÊNERO? A ANTROPOLOGIA DA MULHER NO BRASIL 93  
Maria Luíza Heilborn
- MOVIMENTOS SOCIAIS: ESPAÇOS PRIVILEGIADOS DA MULHER  
ENQUANTO SUJEITO POLÍTICO 127  
Céli Regina Jardim Pinto
- EDUCAÇÃO FORMAL E MULHER: UM BALANÇO PARCIAL  
DA BIBLIOGRAFIA 151  
Fúlvia Rosemberg
- REARTICULANDO GÊNERO E CLASSE SOCIAL 183  
Heleieth I. B. Saffioti
- DO FEMININO AO GÊNERO: A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO 216  
Mary G. Castro  
Lena Lavinas ✓
- O TRABALHO COMO LINGUAGEM: O GÊNERO DO TRABALHO 252  
Elisabeth Souza Lobo
- LUGAR E IMAGEM DA MULHER NA INDÚSTRIA 266  
Arakcy Martins Rodrigues
- O USO DE ABORDAGENS QUANTITATIVAS EM PESQUISAS SOBRE  
RELAÇÕES DE GÊNERO 289  
Cristina Bruschini
- HONRA, HUMOR E RELAÇÕES DE GÊNERO: UM ESTUDO DE CASO 310  
Claudia Fonseca
- AS AUTORAS 334

- PENIN, Sonia T. de S. *Cotidiano e escola: a obra em construção*. São Paulo: Cortez, 1989.
- PEREIRA, Luís. *A escola numa área metropolitana: crise e racionalização de uma empresa pública de serviço*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- \_\_\_\_\_. *O magistério primário numa sociedade de classes*. São Paulo: Pioneira, 1969.
- PINTO, Regina P. *O livro didático e a democratização da escola*. São Paulo, 1981. Dissert. (mestr.) FFLCH/USP.
- \_\_\_\_\_. A imagem da mulher através dos livros didáticos. *Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v.43, n.3/4, p.125-31, jul./dez. 1982.
- REVISTA ANDE. São Paulo, v.1, n.4, 1982.
- RIBEIRO, Maria Luiza S. *A formação política do professor no exercício profissional, anos 70*. São Paulo, 1983. Tese (dout.) PUC-SP.
- \_\_\_\_\_. Movimento de professores: as greves de 78 e 79 no Estado de São Paulo. *Revista ANDE*, São Paulo, v.1, n.4, p.26-34, 1982.
- ROSEMBERG, Fúlvia. As diferenças sexuais e a escola. *Ciência e Cultura* (Resumos SBPC), São Paulo, v.27, n.7 supl., p. 698, jul. 1975.
- ROSEMBERG, Fúlvia, NEGRÃO, Esmeralda V., PINTO, Regina P. *A educação da mulher no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.
- ROSEMBERG, Fúlvia, PINTO, Regina P. *A educação da mulher*. São Paulo: Nobel; CECF, 1985.
- ROSEMBERG, Fúlvia, PIZA, Edith P., MONTENEGRO, Thereza. *Mulher e Educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia*. Brasília: REDUC; INPE, 1990.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias*. Araraquara, 1969. mimeo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara.
- SILVA, Tereza R. (Rose) da. Influências teóricas do ensino e currículo no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.70, p.5-19, ago. 1989.
- WALKERDINE, V. Sex, power, and pedagogy. *Screen Education*, Londres, n.30, 1981.
- WEILER, Kathleen. *Women teaching for change: gender, class, and power*. Massachusetts: Bergin and Garvey, 1988.
- WEIS, Lois (ed.) *Class, race and gender in American education*. Nova Iorque: State University of New York Press, 1988.
- ZIBAS, Dagmar M.L. Relação professor aluno no ensino de 1º Grau. *Revista ANDE*, São Paulo, v.1, n.4, p.57-9, 1982.

## REARTICULANDO GÊNERO E CLASSE SOCIAL

Heleieth I. B. Saffioti

Há aproximadamente uma década e meia, feministas de fala inglesa têm utilizado o conceito de gênero. Embora tal conceito se situe na esfera social, diferentemente do conceito de sexo, posicionado no plano biológico, não há propriamente consenso no que tange à sua armação. Esta constituirá uma questão central neste trabalho, já que é necessário fixar um universo comum de discurso quando se trabalha com conceitos não-unívocos.

Antes, porém, seria interessante remeter o leitor a outra postura, qual seja, a da recusa da utilização do referido conceito. Michele Ferrand (1989) procedeu a um levantamento bastante extenso da literatura feminista francesa, tendo verificado o amplo uso do conceito de relações sociais de sexo. Esta expressão figura no próprio título das Actes de la Table-Ronde Internationale des 24-25-26 Novembre 1987: *Les rapports sociaux de sexe: problématiques, méthodologies, champs d'analyse* (1988).

A esse respeito, seria interessante sublinhar que, para muitas francesas, o próprio sexo não se inscreve puramente no terreno biológico, mas sofre uma elaboração social, que se pode negligenciar sob pena de *naturalizar* processos de caráter histórico. Eis porque cabe atentar para o processo de naturalização do significativo elemento da dominação-exploração exercida pelos homens sobre as mulheres, cuja intensidade varia de sociedade para sociedade e de época para época.

Não se deseja levantar aqui uma discussão que se considera inútil, ou seja, sobre a hipótese de terem existido sociedades com dominância feminina. Todas as sociedades realmente conhecidas revelam dominân-

existência do rei. d. poder. → autoridade / hierarquia / contradição

cia masculina, ainda que esta dominância varie de grau. Engana-se Baidinter (1986, 2ª parte, sobretudo 1º capítulo) quando revela acreditar num “patriarcado absoluto”, no qual os homens deteriam, por “confisco”, todos os poderes. A relação de dominação-exploração não presume o total esmagamento da personagem que figura no pólo de dominada-explorada. Ao contrário, integra esta relação de maneira constitutiva a necessidade de preservação da figura subalterna. Sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois pólos da relação existe poder, ainda que em doses tremendamente desiguais. Que esta desigualdade não induza o leitor a pensar numa relação de hierarquia, quando se trata, como se verá adiante, de uma relação contraditória. Em todas as sociedades conhecidas, as mulheres detêm parcelas de poder, que lhes permitem meter cunhas na supremacia masculina e, assim, cavar-gerar espaços nos interstícios da falocracia. As mulheres, portanto, não sobrevivem graças exclusivamente aos poderes reconhecidamente femininos, mas também merced da luta que travam com os homens pela ampliação-modificação da estrutura do campo do poder *tout-court*. Como na dialética entre o escravo e seu senhor, homem e mulher jogam, cada um com seus poderes, o primeiro para preservar sua supremacia, a segunda para tornar menos incompleta sua cidadania.

Revolução / Mulher / Poder / hierarquia / contradição

Já que as relações entre homens e mulheres estão permeadas pelo poder, seria interessante buscar um conceito adequado deste fenômeno, a fim de não se utilizar um conceito multívoco sem uma rigorosa definição. É grande a tentação de se fazer uso do conceito weberiano de poder: “Poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, no interior de uma relação social, mesmo contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade” (Weber, 1964, p.43). Não fora a impossibilidade de se retirar um conceito típico-ideal e, portanto, genético, de seu contexto teórico (Franco, 1972), o conceito weberiano de poder seria extremamente útil, posto que: 1. contrariamente ao conceito de dominação, contém a não-anuência dos dominados, podendo contar inclusive com sua resistência; 2. não importa a existência ou não de legitimidade da referida probabilidade, também contrariamente ao conceito de dominação, que pressupõe obediência a um mandato legítimo, seja do ponto de vista da tradição, da razão ou do carisma.

Poder / hierarquia / contradição

O conceito de poder em Marx (1952, 1963) está intimamente vinculado à classe social e ao exercício de sua missão histórica. É bem verdade que Marx e Engels (1953) e sobretudo Engels (1954) trataram de atribuir às relações de gênero o mesmo estatuto teórico conferido às classes sociais. Com efeito, afirma Engels: “Em um velho manuscrito inédito [*L'Idéologie Allemande*] escrito por Marx e eu mesmo em 1846, eu encontro estas linhas: ‘A primeira divisão do trabalho é aquela existente entre o homem e a mulher para a procriação.’ E agora eu posso

CATEGORIA PODER — p. 184A 185

gênero / ru. soc. / 1º / 1840

— porque da util. ações de categoria

acrescentar: a primeira oposição de classe que se manifesta na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo [notar o caráter contraditório atribuído às relações de gênero] entre o homem e a mulher no casamento conjugal e a primeira opressão de classe, com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino” (Engels, 1954, p.64-5).

Obviamente, não se pode pretender que há quase século e meio se tivesse a compreensão que hoje se alcançou da problemática de gênero. O importante a sublinhar consiste na atribuição do mesmo estatuto teórico ao conceito de classe social e ao conceito de “opressão do sexo feminino pelo sexo masculino” ou, em linguagem moderna, relações sociais de sexo ou relações de gênero, segundo a orientação metodológica.

Não é, contudo, fácil lidar com o conceito de poder em Marx e Engels, já que não são explicitadas as dimensões *dominação e exploração*, nem é precisado o conceito de opressão. Conteria este as dimensões referidas ou teria um significado distinto? Desta sorte, ainda que incorporando o importante fato da atribuição do mesmo estatuto teórico ao conceito de classe social e ao conceito de relações de gênero e considerando-o de extrema relevância, descarta-se a hipótese de trabalhar com o impreciso conceito de poder em Marx e Engels.

Parece útil o conceito de poder formulado por Foucault (1976), qual seja, o de constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sociais de força. Esta concepção de poder permite a análise do fenômeno em pauta quer a nível macro, quer a nível micro. Eis porque sua utilização é vantajosa. É discutível a possibilidade de uso do conceito de poder em Marx e Engels nos níveis mencionados, já que não se estabelecem fronteiras entre grupamentos verticais e horizontais. Como os espaços de poder da mulher se inscrevem muito mais no plano micro que no plano macro, inclusive os espaços cavados-gerados através da introdução de cunhas no poder macho, o conceito formulado por Foucault adequa-se mais aos propósitos deste trabalho.

Isto posto, deve-se explicitar, para o caso de não haver ficado claro, que as relações sociais de sexo ou as relações de gênero travam-se também no terreno do poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados, dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno (Saffioti, 1988).

Acredita-se estar agora em condições de tratar de uma questão nuclear deste ensaio, ou seja, da definição do conceito de gênero. Opta-se por operar com o conceito de relações de gênero, ao invés de relações sociais de sexo, porque o termo gênero está lingüisticamente impregnado do social, enquanto é necessário explicitar a natureza social da elaboração do sexo. Eis porque o termo “sociais” qualifica necessariamente as relações entre as categorias de sexo.

Estas considerações permitem que se passe à especificação do conceito de gênero.

A respeito da determinação *social* do gênero, não se conhece qualquer contestação. Todavia, este *social* nem sempre é concebido da mesma maneira. Ao invés de se cotejarem concepções muito díspares deste *social*, prefere-se lidar com definições bem próximas no sentido da aceitação que possam encontrar. Remete-se o leitor para um texto antigo, bastante conhecido e que continua a merecer a aceitação de muitas feministas: "...não podemos limitar o sistema de sexo à reprodução nem no sentido social nem no sentido biológico do termo. Um sistema de sexo/gênero não é simplesmente o momento reprodutivo de um 'modo de produção'. A formação da identidade de gênero é um exemplo de produção no reino do sistema sexual. E um sistema de sexo/gênero envolve mais do que as 'relações de procriação, reprodução no sentido biológico'. (...) O sistema de sexo/gênero não é imutavelmente opressivo e tem perdido muito de sua função tradicional. Entretanto, ele não será abolido na ausência de oposição. Ele ainda carrega o fardo social de sexo e gênero, de socialização dos imaturos e de fornecimento de asserções definitivas sobre a natureza dos próprios seres humanos. E ele serve a outros fins econômicos e políticos, diferentes daqueles que originalmente ele deveria satisfazer. O sistema de sexo/gênero deve ser reorganizado através da ação política. (...) Sistemas de sexo/gênero não são emanções a-históricas da mente humana; eles são produtos da atividade humana histórica" (Rubin, 1975, p.167, 204-5).

Como se pode facilmente perceber, esta concepção labora contra qualquer essencialismo, insistindo no caráter histórico e, portanto, mutável, das atribuições da sociedade às categorias de sexo. Graças a este sistema de representações e de atribuições, a mulher, ao nascer apenas um exemplar fêmea da espécie humana, torna-se um ser submisso à supremacia masculina; "...um 'sistema de sexo/gênero' é o conjunto de arranjos pelo qual a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e no qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas" (Rubin, 1975, p.159).

A necessidade de Rubin de usar o termo "sexo" junto a "gênero" reflete uma grande preocupação com o exercício da sexualidade, não como algo apenas diferente da sexualidade existente no nascimento, mas como um padrão oposto a esta. A conceituação de gênero não se assenta somente nesta oposição, como também numa outra, qual seja, a de dois tipos humanos diferentes: o homem e a mulher. Tentando juntar as duas polaridades opostas de Rubin, poder-se-ia afirmar que tanto o homem quanto a mulher são portadores de uma sexualidade "natural", na qual estão inscritos impulsos e necessidades que não variam, pois são associadas. Esta dicotomização entre a natureza e a cultura constitui a base do conceito de sistema do sexo/gênero.

Dado o caráter dualista desta concepção, torna-se impossível pensar o gênero como relacional, o que tem sérias conseqüências ontológicas e epistemológicas.

"Para 'salvar' a natureza (do que nós próprios podemos fazer contra ela) muitas pessoas no Ocidente contemporâneo equacionam sexo/biologia/natureza/gênero e opõem estes termos a cultura/social/humano. Conceitos de gênero, então, tornam-se metáforas complexas para ambivalência sobre a ação humana, em, sobre e como parte do mundo natural" (Flax, 1987, p.635). Nestes termos, encaminha-se a discussão para a formulação do conceito de relações de gênero. Como o gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica, quer enquanto processo social, o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por ela sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama esta na qual as relações de gênero têm lugar. As relações de gênero não resultam da existência de dois sexos, macho e fêmea, como fica explícito no conceito de sistema de sexo/gênero, de Rubin. O vetor direciona-se, ao contrário, do social para os indivíduos que nascem. Tais indivíduos são transformados, *através das relações de gênero*, em homens ou mulheres, cada uma destas categorias-identidades excluindo a outra. Obviamente, o sexo anatomicamente configurado (não se pode ainda falar de fisiologia) sugere, em termos estatísticos, a transformação de certos indivíduos em mulheres e de outros em homens. O tornar-se mulher e o tornar-se homem, porém, constituem obra das relações de gênero. Tanto isto é verdadeiro que bebês de genitália masculina podem tornar-se mulheres, assim como bebês de genitália feminina podem tornar-se homens. Eis porque se insiste na direção do vetor: das relações de gênero para o sexo anatomicamente conformado. "Da perspectiva das relações sociais, homens e mulheres são ambos prisioneiros de gênero, embora de maneiras altamente diferenciadas, mas inter-relacionadas" (Flax, 1987, p. 629)

Felizmente, as críticas às concepções binárias e a colocação do vetor no sentido do biológico ao social não tardaram. "A base biológica da sexualidade é sempre culturalmente experienciada, através de uma tradução. Os fatos biológicos nus da sexualidade não falam por si próprios; eles devem ser expressos socialmente. Sente-se o sexo como individual ou, pelo menos, privado, mas estes sentimentos sempre incorporam papéis, definições, símbolos e significados dos mundos nos quais eles são construídos. 'Pode-se dizer que a mente é nossa zona mais erógena', como afirmou um comentarista (Gagnon e Henderson, 1977), e fissuras no aconselhamento sexual têm revelado que a disfunção sexual encontra sua melhor cura na atitude de se ensinarem as pessoas a fantasiar, ou seja, uma resposta social ao invés de um reparo biológico (Masters e Johnson, 1966, 1970). Ao contrário, na ausência

de um contexto social para defini-las como legítimas, as experiências sexuais de gerações de mulheres norte-americanas foram confusas e distorcidas; adequadamente socializadas, as mulheres da era vitoriana foram ensinadas que elas nunca precisariam ser molestadas por paixões sexuais, enquanto suas mais 'liberadas' filhas aprenderam que orgasmos eram seu destino anatômico (Henslin, 1971)" (Ross e Rapp, 1983, p.51-2).

Esta longa citação reforça a convicção de que, embora haja um bem-sucedido esforço da sociedade para naturalizar processos de caráter social, a criação de seres heterossexuais e com identidade de gênero deve-se a um processo social extremamente complexo e profundamente *não-natural* (Chodorow, 1978). Concebendo o sexo como uma relação vivida e mutável, esse ensaio situa-se muito longe da idéia do sexo enquanto *essência*. Quando se insiste na natureza relacional do sexo, não apenas se nega enfaticamente a postura essencialista, como também se revela adesão à crença de que é mais fácil recorrer a procedimentos cirúrgicos e fazer as mudanças desejadas na genitália do que intervir no sentido de alterar o gênero, socialmente imposto a uma pessoa e, simultaneamente, por ela conquistado.

Parafraseando Engels (1951), nós próprios escolhemos nosso gênero, mas, antes de mais nada, com premissas e em condições muito determinadas. Em outras palavras, cada ser humano escolhe seu gênero, lançando mão dos termos sociais disponíveis, gênero este que pode estar em uma cômica ou trágica oposição àquele a ele ou a ela atribuído por outros, já que todos os seres humanos são permanentemente constituídos por *outros* (Butler, 1988, p.139-40).

Embora utilizando a expressão diádica "sistema de sexo-gênero", Benhabid (1988) concebe tal fenômeno de modo a permitir-lhe a "destrução/reconstrução de categorias do pensamento". Para o avanço das teorias sociais construídas a partir da perspectiva feminista, têm sido importantes novos tipos de leituras que induzem à formulação de conceitos mais depurados. É o caso de Benhabid (1988, p.80), quando afirma: "para a teoria feminista, o sistema de sexo-gênero não é uma maneira contingente, mas essencial, pela qual a realidade é organizada simbolicamente dividida e vivida na experiência. Por sistema de sexo-gênero eu entendo a constituição sócio-histórica, simbólica e a interpretação das diferenças anatômicas dos sexos. O sistema de sexo-gênero constitui a grelha através da qual o *self* desenvolve uma identidade incorporada, uma certa forma de ser no seu corpo. O *self* torna-se um eu na medida em que realiza a apropriação, a partir do que lhe oferece a comunidade humana, de um modo de vivenciar sua identidade corporal física, social e simbolicamente. O sistema de sexo-gênero é a grelha através da qual as sociedades e culturas reproduzem indivíduos corporificados".

Embora se entenda aqui a necessidade de combater o raciocínio binário incorporado na linguagem "sistema de sexo-gênero", reconhece-se que Benhabid não cai na armadilha do pensamento dicotômico, o que lhe permite avançar na concepção de gênero. Está presente e resalta a idéia de que o sexo é socialmente modelado. Por outro lado, percebe-se claramente a presença da opção, quando o *self* realiza um ato de apropriação para individualizar-se, para construir sua identidade. Reside nesta idéia um forte ponto de conexão entre Benhabid (1988) e Butler (1988).

A famosa e tão utilizada afirmação de Simone de Beauvoir (1962) de que (uma pessoa) "não nasce, mas se torna mulher" passa por rigoroso escrutínio nas mãos de Butler. Não obstante se reconheça o grande mérito da aludida obra de Beauvoir e os enormes e benéficos efeitos de sua frase acima transcrita, dispõe-se hoje de um verdadeiro arsenal de recursos conceituais, à luz dos quais fica patente a tensão entre a razão dualista e a não-dualista. Se o que era considerado chave e relevante em sua frase era o verbo *tornar-se*, a fim de se poderem combater as teorias segundo as quais *a anatomia era o destino*, atualmente é exatamente o tornar-se que passou a constituir o ponto de discórdia. *Tornar-se* significa passar de um estado a outro, o que pressupõe a transição do *sexo* (biológico) para o *gênero* (social). Por outro lado, é preciso reconhecer, com Butler (1988, p.130-1), que "o movimento temporal deste *tornar-se* não segue uma progressão linear. A origem do gênero não é temporalmente discreta precisamente porque o gênero não é subitamente originado num certo momento no tempo, depois do qual ele adquire uma forma fixa. Em um importante sentido, não se pode traçar o gênero até uma origem definível, porque ele próprio é uma atividade criadora ocorrendo incessantemente. Não mais compreendido como um produto de relações culturais e psíquicas transcorridas há tempo, o gênero é uma maneira contemporânea de organizar normas culturais passadas e futuras, um modo de a pessoa situar-se em e através destas normas, um estilo ativo de viver o corpo no mundo. (...) Tornar-se um gênero é um impulsivo e ainda assim atento processo de interpretação da realidade cultural carregada de sanções, tabus e prescrições. A escolha de assumir uma certa espécie de corpo, de viver e usar o corpo de uma certa maneira implica um mundo de estilos corporais já estabelecidos. Escolher um gênero consiste em interpretar recebidas normas de gênero de forma a reproduzi-las e organizá-las de novo. O gênero é mais um tácito projeto de renovar a história cultural de acordo com os termos corporais próprios de cada pessoa do que um ato radical de criação. Esta não é uma tarefa prescritiva que devemos nos esforçar para fazer, mas uma tarefa na qual nós temos nos empenhado todo o tempo".

A formulação de Beauvoir é ambígua na medida em que não deixa claro se o gênero precisa estar, de alguma maneira, vinculado ao

sexo ou se a necessidade desta ligação constitui uma manifestação cultural. Apoiando-se no conceito de *situação*, formulado por Beauvoir, pode-se dizer que tanto o gênero quanto o sexo são inteiramente culturais, já que o gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. Nesta linha de raciocínio, o corpo de uma mulher, por exemplo, é essencial para definir sua situação no mundo. Contudo, é insuficiente para defini-la como uma mulher. Esta definição só se processa através da atividade desta mulher na sociedade. Isto equivale a dizer, para enfatizar, que o gênero se constrói-expressa através das relações sociais.

Sem jamais esquecer de prestar a Beauvoir todos os tributos a que faz jus pela excelente qualidade de sua obra, é preciso admitir que ela não conseguiu se livrar integralmente dos vícios da razão cartesiana. Não obstante incorpore elementos importantes do materialismo histórico, aceita argumentos da biologia, às vezes via psicanálise. Há que acrescentar, ademais, que sua análise supervaloriza as dimensões cultural e ideológica (Barret, 1980). Com efeito, sua análise carece de minuciosas incursões na esfera dos produtos materiais nos quais, pelos quais e para os quais têm lugar processos sociais, isto é, relações sociais que permitem aos homens dominar-explorar as mulheres.

O tornar-se mulher, portanto, para Beauvoir, situa-se no terreno dos processos sócio-culturais (o que não se contesta), sem a menção explícita aos produtos da mesma natureza, que fazem possíveis os primeiros. *in flux* Levar em conta a existência de produtos sócio-culturais não retira do padrão prevalecente das relações de gênero, nem das relações de gênero nas quais ele se expressa, seu caráter de estar permanentemente *in flux*, em um processo constante de “conservação-dissolução” (Bettelheim, 1966, p.322). Não se pode ignorar que já em 1981 Delphy situava muito bem a questão do gênero, livrando-se dos raciocínios diádicos. Com efeito, afirmava (p.65): “Para resumir de maneira muito esquemática nosso trabalho, nós pensamos que o gênero — as posições sociais respectivas de mulheres e homens — não é construído sobre a categoria (aparentemente) natural do sexo; mas, ao contrário, o sexo tornou-se um fato pertinente, e, portanto, uma categoria da percepção, a partir da criação da categoria de gênero, isto é, da divisão da humanidade em dois grupos antagonistas, dos quais um oprime o outro, os homens e as mulheres.”

Graças às relações de gênero, as diferenças entre homens e mulheres são profundas. “As capacidades e orientações que eu descrevi (de maternagem) devem ser construídas no interior da personalidade; elas não são aquisições comportamentais. As capacidades das mulheres para maternar e suas habilidades para retirar disto gratificação são fortemente internalizadas e psicologicamente reforçadas, e são construídas,

ao longo do processo de desenvolvimento, no interior da estrutura psíquica feminina” (Chodorow, 1978, p.39). A organização social de gênero afeta, por conseguinte, os processos e as estruturas psíquicas inconscientes. É preciso, todavia, lembrar que se trata de um processo de mão dupla: os mesmos processos através dos quais a maternagem se reproduz, por efeito do padrão dominante de relações de gênero, geram tensões capazes de minar, ao se reproduzirem, a organização social de gênero.

Ao lidar com as diferenças que separam os gêneros, é necessária muita cautela, a fim de não se contribuir para incrementar esta distância. O aumento das diferenças pode obscurecer as identidades de classe, estabelecendo fissuras político-ideológicas nestes grupamentos verticais e, portanto, introduzir cunhas em suas lutas. Por outro lado, tampouco se devem acentuar as semelhanças entre homens e mulheres, para não se diluírem os efeitos da organização social de gênero que torna as classes agregados humanos internamente diferenciados (Combes e Haicault, 1987). Teoricamente, não se pode ir além disto, mas análises concretas de fatos reais poderão mostrar como as vivências humanas apresentam um colorido de classe e um colorido de gênero.

Ainda que reconhecendo a parcialidade de Thompson (1981), lança-se mão aqui de seu conceito de experiência (p.112): “...a experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social; é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento; é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades; e é pela prática que a produção é mantida”. Se o olhar de Thompson tivesse sido sensibilizado pelas relações de gênero, pelo menos quando analisou concretamente a formação da classe operária inglesa (1987), em seu parêntese caberia *a experiência de gênero*, já que homens e mulheres vivenciam diferencialmente, inclusive quando pertencem à mesma classe social, os fatos de seu cotidiano.

Cabe aduzir, ainda, a maneira pela qual se entende “produção”. Toma-se emprestada de Engels (1951, p.128) uma importante frase contida em carta endereçada a Joseph Bloch, na qual ficam claras as duas faces do processo produtivo. “Segundo a concepção materialista da história, o fator determinante na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida real.” Convém ressaltar que foi explicitada a dimensão geracional da produção da vida real e não apenas o aspecto imediato da restauração (abrigo, alimento, repouso etc.) da força de trabalho do produtor. Por ora, é isto que se deseja sublinhar, deixando-se para mais tarde, neste artigo, a retomada dessa relevante e raramente conhecida afirmação de Engels.

Gayle Rubin (1975) não se contenta em aspirar a uma revolução feminista cujo propósito seja a liberação da mulher. Ela deseja mais

do que isto, ou seja, a liberação de “formas de expressão sexual e da personalidade humana da camisa-de-força do gênero” (p.200), o que é altamente questionável. São exatamente estas potencialidades do *algo mais* que Cornell e Thurschwell chamam de *real* (1988, p.158-9): “Uma vez que as rígidas categorias de gênero são desconstruídas, não mais se concebe que o Simbólico deva ser, ou mesmo possa ser, radicalmente separado do Real. Ao contrário, o Real indica tanto a verdade de que nós nunca somos inteiramente capturados pelas categorias de gênero, quanto o potencial que pode ser encontrado neste excesso do que se pode pensar que somos em qualquer sistema de gênero.” Merece reflexão a idéia desses autores, de que “esta dinâmica da semelhança e diferença na constituição do EU mina a lógica exclusiva da identidade e, como Hegel nos lembra, é a ‘salvação da singularidade’” (p.159). A lógica da identidade é, efetivamente, monológica, ou seja, anti-relacional. Ora, o esforço aqui se desenvolve no sentido de expor os vícios das concepções não-relacionais da organização social de gênero (via de regra, concepções dicotômicas de dinâmica pobre) na tentativa de avançar, senão na construção de uma teoria, pelo menos na formulação de conceitos heurísticos. Ademais, não se admite o argumento de que a semelhança constitui um requisito da igualdade. Não é a semelhança, mas a diferença que constitui a base para a construção do poder. Eis porque este só pode ser desafiado a partir do terreno da diferença (Scott, 1988). Isto agrega mais dúvida sobre a possibilidade, admitida por Rubin, da eliminação do gênero.

A postura assumida neste ensaio discorda daquela que situa na família a origem da opressão da mulher (Barret, 1980). O significado de “opressão” é ambíguo, ora indicando só o fenômeno da dominação, ora sinalizando também o fenômeno da exploração. Por conseguinte, não concebe a sexualidade como modelada no seio da família, mas como resultante do processo de conquista-imposição da identidade de gênero, daí derivando relações que impregnam todas as esferas da vida social. Não se trata, pois, de retalhar a realidade social, situando em cada fatia um tipo de processo social ou relações sociais. Ao contrário, trata-se de estar sempre alerta para poder detectar a presença das diferenças-semelhanças de gênero nas relações de produção, assim como as diferenças-semelhanças de classe nas relações de gênero. Em outros termos, esses dois tipos de relações são absolutamente recorrentes, impregnando todo o tecido social. A razão última para a existência destas clivagens pode ser encontrada a nível macro. As relações sociais, todavia, se inscrevem no plano entre pessoas. Eis porque não se pode abrir mão de uma postura teórica que permita o livre trânsito entre o plano macro e o nível micro. Este ir e vir constitui requisito fundamental para a percepção, e posterior análise, da dinâmica social.

Isto posto, as relações de gênero constituem uma totalidade dialética, na qual suas distintas partes interagem de forma orgânica. Esta

maneira de conceber as relações de gênero guarda não apenas uma enorme distância da lógica da complementaridade (Badinter, 1986), como também apresenta, em relação a esta, uma diferença de natureza. Efetivamente, a lógica que preside à operação das relações de gênero é dialética, ou seja, contraditória (Saffioti, 1988). As relações de gênero, evidentemente, refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres. Eis porque o machismo não constitui privilégio de homens, sendo a maioria das mulheres também suas portadoras. Não basta que um dos gêneros conheça e pratique as atribuições que lhe são conferidas pela sociedade; é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades-direitos do outro gênero. Não se trata, no entanto, da lógica da complementaridade. As relações de gênero não derivam de características inerentes ao macho e à fêmea, que se complementam na cópula procriadora. Concepções de gênero, organicamente construídas, inter-relacionam-se dialeticamente, dando, assim, ensejo à superação das contradições nelas contidas, através da prática política. Esta constitui uma razão nuclear para não se fugir do conceito de poder, quando se analisam relações de gênero. Quando não se concebe o gênero como relação social que é, mas como oposições decorrentes de traços inerentes aos distintos seres, não se é capaz de perceber os diferentes poderes detidos-sofridos por homens e mulheres. Eis porque Badinter (1986), através da lógica da complementaridade, chega a conceber um patriarcado absoluto.

Embora o conceito de patriarcado seja muito criticado em virtude de suas origens weberianas e de seu alardeado a-historicismo (Barret, 1980), não se notam grandes diferenças entre ele e qualquer concepção não-relacional de gênero. Os conceitos weberianos são historicamente referidos, datados, embora sofram um relativo esvaziamento de conteúdos históricos ao serem modelados enquanto típico-ideais (Weber, 1949). Um dos grandes problemas contidos no conceito weberiano reside no fato de que ele se refere a um esquema puramente de dominação e não a um esquema de dominação-exploração, com todas as conseqüências que a visão holística acarreta. Ademais, trata-se de um esquema de dominação bastante centrado na família. Dando a palavra ao próprio Weber (1964, t.1, p.184), “chama-se *patriarcalismo* à situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas”. Como se sabe, a realidade não é uma para Weber, tripartindo-se nas esferas econômica, política e social. Ora, o patriarcado, enquanto esquema de dominação, inscreve-se na esfera política, embora sua origem resida na autoridade de um *dominus*, exercida no seio de uma comunidade doméstica. “No caso da autoridade doméstica, as antiqüíssimas *situações naturais* (grifo meu) constituem a fonte da crença na autoridade fundada na piedade. Para todos os que estão

submetidos a uma autoridade familiar, é a convivência pessoal, permanente e especificamente íntima do lar, com sua comunidade de destino externa e interna. Para a mulher, é a superioridade *normal* (grifo meu) da energia física e espiritual do homem. (...) Os filhos de todas as mulheres que vivem no lar, como esposas ou escravas, são admitidos em seu círculo (do patriarca), independentemente da paternidade física, porquanto o dono os considera como 'seus' filhos, no mesmo sentido que considera seu gado os animais nascidos dos rebanhos que lhe pertencem" (Weber, 1964, t.2, p.753-4). Como se pode facilmente perceber, é grande o peso da esfera doméstica no conceito típico-ideal. Rigorosamente, também a dimensão econômica tem a marca familiar, pois o poder patriarcal se organiza na economia de oikos. Isto constituiria razão suficiente, se não houvesse a impossibilidade de se transplantar conceitos genéticos e fechados para outro campo teórico, para não se incrustarem conceitos weberianos numa análise totalizante. Eis porque não seria legítimo usar o conceito de patriarcado *tout court*.

Isto não impede, porém, que se use o termo patriarcado, redefinindo-se seu significado. O patriarcado pode, por exemplo, ser pensado como um dos esquemas de dominação-exploração componentes de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo (Saffioti, 1987, 1988). O mero fato de se conceber o patriarcado como um esquema de dominação-exploração exclui qualquer possibilidade de similitude desta concepção com a weberiana. A teoria weberiana é constituída por conceitos genéticos fechados, que não admitem nem multivocidade, nem matizes. O termo patriarcado, contudo, não constitui propriedade da teoria weberiana ou de filiação weberiana. Pode, por conseguinte, ser utilizado para designar outra concepção de relações de gênero (simbiose patriarcado-racismo-capitalismo), diferente das resultantes das posturas dualistas (Weber, 1964; Rubin, 1975).

Embora não se aceitem as posturas do chamado feminismo radical, reconhece-se a enorme contribuição que as feministas desta tendência deram ao avanço dos estudos das relações de gênero. Esta contribuição consistiu, fundamentalmente, em colocar em pauta as relações de gênero através do amplo uso do termo patriarcado. É verdade que não existe a menor univocidade no uso deste conceito. As diferentes acepções ficam bastante claras quando se passa de uma tendência feminista a outra. O feminismo de filiação marxista ou só admite o patriarcado enquanto puramente ideologia (Sarmiento, 1988), ou define o patriarcado enquanto organização social de gênero relativamente autônoma, convivendo, de maneira subordinada, com a estrutura de classes sociais (Benston, 1969; Eisenstein, 1979; Combes e Haicault, 1987; Mitchell, 1975). Nesta última acepção são intercambiáveis os termos "patriarcado" e "opressão da mulher", não obstante pareça haver uma nítida preferência pelo segundo.

Muito antes que as feministas marxistas lançassem mão do referido termo, as feministas radicais já o faziam largamente. Comentando o uso deste termo, afirma Delphy (1981, p.61): "...a razão profunda da transformação deste termo em conceito principal de uma teoria da situação da mulher é a percepção do caráter da opressão das mulheres". Isto equivale a dizer que o conceito de patriarcado foi politizado, não se restringindo ao *pessoal*, nem se identificando com o *natural*. Na opinião da autora em pauta, as feministas socialistas utilizam-se do termo patriarcado de um modo que claramente revela a recusa do *patriarcado enquanto sistema*. A postura aqui assumida não concorda inteiramente com esta idéia, retirando pelo menos Eisenstein deste julgamento.

As várias acepções de patriarcado foram objeto de três grandes polêmicas, desenvolvidas nas revistas *Signs*, *New Left Review* e *Feminist Review*. Também suas relações com a estrutura de classes têm sido alvo de muitas análises. Via de regra, dependendo da tendência feminista à qual está filiado a autora, prioriza-se um dos esquemas de dominação-exploração. É tão raro encontrar-se alguém capaz de conceber o patriarcado e o capitalismo como um único sistema, que vale a pena citar os Armstrong (1983): "As mulheres são simultaneamente sujeitas ao capitalismo, à dominância e a seus corpos. Colocar a questão de forma alternativa é o mesmo que perguntar se são as idéias ou as condições materiais que estruturam a subordinação das mulheres. Elas são inseparáveis. Elas agem juntas. Patriarcado e capitalismo não são sistemas autônomos, nem mesmo interconectados, mas o mesmo sistema. Como formas integradas, eles devem ser examinados juntos." Esta postura vem reforçar a idéia de simbiose *patriarcado-racismo-capitalismo*, que se tem defendido há anos (Saffioti, 1985). Simplesmente a título de enfatizar a idéia, explicita-se o que está contido no artigo dos Armstrong e de Saffioti: classe e gênero são construídos simultaneamente ao longo da história (Lown, 1983). Também do ponto de vista da história pessoal de cada um existe esta simultaneidade. Eis porque é impossível separar, mesmo para fins exclusivamente analíticos, discriminações de que são alvo as mulheres, segundo sua "filiação" ao patriarcado ou ao capitalismo (Saffioti, 1988). Mais recentemente, estudando o Estado do bem-estar social em relação com gênero e classe, Shaver (1989, p.94-106) concluiu que "capitalismo e patriarcado são formas mutuamente constitutivas de dominação, um dimensão do outro: gênero e relações sociais de gênero são integrantes da organização social de classe e, similarmente, a classe é constitutiva de gênero. Isto é verdadeiro para as instituições 'públicas' do Estado do bem-estar social, para as estruturas 'privadas' da economia social nas quais este Estado intervém e para as relações construídas entre elas. (...) Como gênero e classe definem-se mutuamente, ambos definem o Estado do bem-estar social e são definidos por este Estado. Eis porque

o Estado não pode ser entendido como simplesmente patriarcal (MacKinnon, 1983) ou diretamente capitalista (Gough, 1979): como suas funções e formas políticas concretas englobam as interações mútuas do capitalismo patriarcal, é deste modo que se deve desenvolver nossa compreensão conceitual”.

Não há dúvida sobre o alcance do artigo de Shaver e do avanço que esta concepção representa para analisar sistemas de seguridade social. Todavia, podem-se detectar dois problemas. O primeiro diz respeito ao fato de ela não fazer nenhuma menção ao fenômeno da exploração. Capitalismo e patriarcado, mesmo concebidos de maneira fundida, simbiotizada, não incluem, para ela, a dimensão exploração, pois se trata de “formas de dominação”. Se a exploração é concebida como embutida na dominação, isto não fica claro em nenhum momento do artigo. Defende-se aqui a idéia de que o fenômeno *exploração* deve ser explicitado ao lado de *dominação*. Considerando-se o acervo das Ciências Sociais e nele a multivocidade dos conceitos, acredita-se que quando se diz *dominação* não se torna evidente a *exploração* e vice-versa. Fosse outra a história da Ciência, poder-se-ia abrir mão de tanto detalhe.

O segundo ponto refere-se à expressão *capitalismo patriarcal*. Como já se discutiu em outros trabalhos (Saffioti, 1985, 1988), Eisenstein (1979) e Combes e Haicault (1987) também cometeram este equívoco. Referir-se a um esquema de dominação-exploração através do substantivo e a outro usando-se o adjetivo hierarquiza-os necessariamente. Isto para deixar de lado o fato mesmo de a autora, ao qualificar o capitalismo de patriarcal, esquecer-se de que foi dela própria a afirmação de que gênero e classe são mutuamente constitutivos um do outro. Ora, tomada rigorosamente, esta expressão anula a existência autônoma (ainda que relativa) de relações de gênero, de um lado, e relações de classe, de outro. E até mesmo autoras que concebem a sociedade capitalista permeada por mais de um esquema de dominação defendem a tese da não-priorização de luta contra uma estrutura em detrimento da luta contra a outra (Segal, 1989). A posição aqui assumida é contrária a toda e qualquer hierarquização. Entretanto, se hierarquia há de haver, que se legitime, então, a postura das marxistas que acreditam ser a subordinação da mulher resultante de uma complexa interação entre relações capitalistas de produção e instituições de poder masculino (Weir e Wilson, 1984). Embora não se pretenda adentrar este problema, lembra-se o leitor de que feministas socialistas têm buscado na divisão sexual do trabalho a base material do patriarcado (Burnham e Louie, 1985). Reconhece-se a extrema validade da análise minuciosa da divisão sexual do trabalho; porém, não se acredita que a tentativa acima aludida tenha tido êxito.

Sem nunca perder de vista que gênero diz respeito a relações e, por conseguinte, a estruturas de poder, a tarefa de precisar conceitos

pode ser altamente beneficiada pela incorporação da sugestiva análise de Scott. Para esta historiadora (1988, p.42), o núcleo da definição de gênero “reside em uma conexão integral entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos, e gênero é a maneira primordial de significar relações de poder”. Embora aparentemente as diferenças anatômicas entre homens e mulheres readquiram relevância na postura sob enfoque, na verdade, a ênfase é posta sobre o “percebidas” e não sobre as “diferenças”. Desta sorte, o vetor vai do social para o anatômico e não o inverso. Ou melhor, o social engloba tudo, na medida em que o anatômico só existe enquanto percepção socialmente modelada.

Quanto à segunda proposição, não poderia ser mais feliz. Com efeito, relações de poder exprimem-se *primordialmente* através das relações de gênero. Tal fato é primordial em mais de um sentido. É primeiro, porquanto antecedeu, e de muito, a emergência das sociedades centradas na propriedade privada dos meios de produção. (Estão pensadas aqui não apenas as sociedades de classes, mas também as sociedades de escravismo antigo e as feudais, pois castas e estamentos podem ser tomados como embriões de classes sociais.) É primordial, ainda, pelo fato de permear absolutamente todas as relações sociais, sejam elas de classe social ou étnicas. Este ponto é de fundamental relevância, pois se trata de profunda articulação entre gênero e classe social na trama de relações de poder.

Frise-se que essa análise exige a desconstrução de muitos significados vinculados à biologia, ao sexo, à natureza, ao gênero. Mas isto não é tudo. A desconstrução impõe-se também quando fenômenos enraizados nas estruturas de poder por cujos caminhos correm as relações de gênero são tomados puramente como ideologia. O “puramente” refere-se ao fato de que a ideologia é concebida, via de regra, pelo marxismo dogmático e por divulgadores do marxismo, como superestrutural, sem capacidade de determinação sobre a infra-estrutura. Excetuem-se, dentre outros, os próprios fundadores do materialismo histórico enquanto método de trabalho intelectual (Marx, 1957; Marx e Engels, 1951). Em que pese a inadequação das expressões infra e supra-estrutura, há que se referir a elas, porquanto desempenharam e ainda desempenham um enorme papel na vida intelectual do Ocidente e do Oriente.

A ideologia de gênero, como qualquer outra ideologia, tem profundas raízes na subjetividade dos agentes sociais, bem como no terreno objetivo. “Como a ideologia de gênero se torna identidade de gênero, ela existe no nível de nossa própria subjetividade. (...) A identidade de gênero e a ideologia da família estão incrustadas em nossa própria subjetividade e em nossos desejos num nível muito mais profundo do que o da ‘falsa consciência’. A sugestão é que a ideologia de gênero é suficientemente poderosa para resistir ou contrapor-se ao bombar-

dejo das tendências 'sexualmente cegas' da lei da acumulação do capital" (Brenner e Ramas, 1984, p.39). Simultaneamente, a ideologia de gênero, como de resto toda ideologia, é modelada pelas experiências e práticas da vida cotidiana e nelas está enraizada. Neste sentido, a ideologia é *material*. A ideologia de gênero tem-se oposto à realização da tendência à equalização sexual do modo de produção capitalista, muito bem detectada por Marx (1959). Cabe ressaltar este ponto como de crucial importância para as interconexões entre gênero e classe social, tendo sempre presente no espírito que igualdade sexual não tem o mesmo significado que liberação da mulher e que o capitalismo é um modo de produção dinâmico, cuja permanente mutação permite novas e insuspeitadas formas de consciência e de luta (Sader, 1988).

A exposição dos quatro elementos inter-relacionados envolvidos no gênero, concebidos por Scott, pode auxiliar o atingimento de uma compreensão mais profunda deste fenômeno. O primeiro diz respeito a símbolos culturais colocados à disposição das pessoas, símbolos estes que evocam múltiplas representações. Com muita frequência, tais representações não são apenas diferentes, mas contraditórias. No que tange à mulher, seria interessante lembrar que as imagens de "santa" e "puta" são contraditórias, mas não mutuamente excludentes. Ou seja, as duas representações podem servir para a mesma mulher (Saffioti, 1980). Isto, todavia, é raramente percebido, porquanto as representações se apresentam sob a forma de dicotomias. Em segundo lugar, há conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, o que limita suas possibilidades metafóricas. A religião, a educação, a ciência, a política expressam estes conceitos na forma típica de oposições dualistas, categorizando o masculino e o feminino. Organizações e instituições sociais constituem o terceiro elemento das relações de gênero. Há cientistas sociais, especialmente antropólogos, que restringem o uso do gênero ao sistema de parentesco. Não se pode concordar com esta tese, pois o gênero não é construído meramente nesta instância, de significado minimizado nas sociedades complexas, mas também na economia e na organização política. Finalmente, Scott (1988, p.44) aponta como quarto elemento do gênero a identidade subjetiva. Embora admitindo que a Psicanálise oferece a base para uma importante teoria da produção do gênero, Scott afirma que "os historiadores precisam examinar os modos pelos quais identidades de gênero são substantivamente construídas e relacionar seus achados com uma gama de atividade, organizações sociais e representações culturais historicamente específicas". Assim, impõe-se estudar as relações entre estes quatro elementos integrantes do gênero. A historiadora em pauta acredita que este guia de investigação servirá também para a análise das classes sociais, raça e etnicidade, em suma, qualquer processo social.

Volta-se a insistir que o poder ocupa posições de destaque no conceito de gênero formulado por Scott (1988, p.45): "gênero é um cam-

po primordial dentro do qual ou por meio do qual o poder é articulado". Esta interpretação encontra apoio em Bourdieu (1980, p.246-7): "Produto da divisão do trabalho sexual tal qual ela é transfigurada em uma forma particular de divisão sexual do trabalho, a *di-visão do mundo* é a mais bem fundada das ilusões coletivas e, por isto, objetivas: fundada nas diferenças biológicas, e notadamente naquelas que dizem respeito à divisão do trabalho de procriação e reprodução, ela é também fundada nas diferenças econômicas, sobretudo naquelas que tocam a oposição entre o tempo de trabalho e o tempo de produção e que pertencem aos fundamentos da divisão do trabalho entre os sexos."

O importante aqui é notar que a organização social de gênero constrói duas visões de mundo, donde se pode concluir que a perspectiva da mulher e, portanto, seus interesses divergem do ponto de vista do homem e, por conseguinte, dos interesses deste. Uma vez que as experiências adquirem um colorido de gênero, como aliás ocorre com a classe e a etnia também, a vida não é vivida da mesma forma por homens e mulheres. Esta interpretação permite incorporar a idéia de que o feminismo, por definição, expressa a experiência de um sexo. É necessariamente parcial (Rowbotham, 1981). Obviamente, este fenômeno não é tão simples quanto pode parecer, porque a contradição entre as categorias de gênero nem é a única, nem opera autonomamente. A ligeira incursão realizada atrás para mostrar como o gênero impede a realização de uma lei da acumulação do capital (o capital tenta equalizar as forças de trabalho) revela uma das numerosas intersecções entre os antagonismos de gênero e de classe.

Feministas socialistas têm mostrado um grande desejo de se juntar aos homens na luta pela superação das contradições básicas da sociedade capitalista, especialmente a de classes (Wilson, 1980). Isto presume alianças entre seres socialmente desiguais, ou seja, homens e mulheres. Combes e Haicault (1987) cunharam a expressão "aliança desigual dos sexos na luta de classes". Cabe aqui a pergunta sobre a possibilidade da aliança desigual das classes na luta de gênero. Mais do que uma especulação, isto significa pensar em distintas estratégias de luta. Como mostram certos movimentos sociais realizados predominantemente por mulheres, mas com diversos tipos de colaboração de homens — como foi o caso da luta por creches em São Paulo — tais alianças são possíveis entre distintas frações da mesma classe social e mesmo entre diferentes classes, se o analista não se limitar ao esquema marxista simplificado. A qualificação "simplificado" refere-se à concepção de apenas duas classes tomadas enquanto categorias objetivas de análise, ao invés de uma identidade historicamente construída. Marx, além de incluir em seu esquema a classe média ou pequena burguesia (Marx, 1963b) (classe com novos contornos na sociedade capitalista contemporânea), não se contentava em diferenciar as classes a partir da propriedade ou não dos meios de produção.

Este constitui, sem dúvida, um importante elemento de seu esquema teórico. Isoladamente, contudo, a força deste fator fica extremamente atenuada. Parafraseando Marx (1963a), pode-se afirmar que costureiras a domicílio ou externas de fábrica, permanecendo isoladas umas das outras, desconhecendo-se mutuamente, não constituem uma classe ou um fragmento de uma classe. Uma classe constitui-se historicamente quando seus membros não apenas se conhecem e convivem, como também identificam, uns nos outros, interesses comuns. Desta sorte, concretamente, uma classe não se constitui sem sua inerente dimensão política, que consiste, basicamente, na identificação de interesses comuns de seus membros e da profunda distância — mais do que isto, do antagonismo — que a separa de outras classes. Esta parece ser uma postura preliminar para se evitarem os “crimes” que se cometem contra esta realidade concreta e que são mencionados por Thompson (1981, p.57): “Nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixada e des-historizada do que a categoria de classe social; uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi reduzida a uma categoria estática, ou a um efeito de uma estrutura ulterior, das quais (sic) os homens não são os autores mas os vetores.” Nesta crítica a Althusser, Thompson não apenas rejeita o neopositivismo com pretensões a marxismo, como também mostra uma maneira flexível e criativa de usar o materialismo histórico. Em outros termos, revela um modo de desenvolver este método de trabalho e, por conseguinte, suas premissas básicas. Nesta linha de raciocínio, vale a pena lembrar que ele se propõe a analisar os fatos históricos em termos da especificidade que caracteriza as relações entre as mais diversas atividades (poder, consciência, sexo, cultura, normatização), a descobrir a lógica deste processo e a racionalidade de sua causação.

Neste contexto, não se pode fugir da discussão, ainda que ligeira, da determinação. Recorre-se mais uma vez a Thompson (1981, p.176), que define “‘determinar’ em seus sentidos de ‘estabelecer limites’ e ‘exercer pressões’ e de definir ‘leis de movimento’ como ‘lógica do processo’”. Isto posto, cabe retomar a “determinação” em Marx e Engels, tal como foi exposta por este último em carta a Joseph Bloch acima transcrita. Seria muito pobre afirmar que o fator determinante na história é, em última instância, o econômico. Rigorosamente, é muito mais que isto, ou seja a “produção e a reprodução da vida real”. Faz-se mister, portanto, examinar, mesmo que superficialmente, os momentos da produção *lato sensu*, expostos por Marx na introdução de 1857 (ou posfácio) à *Contribution à la critique de l'économie politique*.

São momentos constitutivos da produção *lato sensu* a produção *stricto sensu*, a distribuição, a troca e o consumo. Como se está habituado a pensar o processo produtivo somente em sua dimensão da produção de bens e serviços para a restauração cotidiana das forças físicas

e psíquicas despendidas no processo de trabalho, não será fácil pensar que a dimensão *reprodução* geracional também apresenta os mesmos momentos: reprodução *stricto sensu*, distribuição, troca e consumo.

A reprodução *stricto sensu* pode, abstrata e provisoriamente, ser pensada nos limites da instituição familiar. Isto equivale a dizer que não se trata somente da reprodução biológica, mas também da social, ainda que este seja parcial, pois outras instituições participam da reprodução social das classes. Note-se que não se está lidando com a reprodução restrita de força de trabalho. Numa sociedade dividida em classes sociais, são estas que precisam ser reproduzidas, ainda que contenham, e é este o caso, membros ociosos. Diferentemente da produção *stricto sensu*, a reprodução *stricto sensu* oferece uma distribuição não em termos de remuneração, mas de gratificação-punição, na medida em que amplia as relações sociais. Na verdade, esta distribuição a curto, médio e longo prazos são relações sociais que a prole pode desenvolver não apenas no seio da família, mas nas relações que ela é capaz de gerar para o grupo familiar, colocando-o em contato com outras instituições como a escola, a igreja, a previdência social.

A troca e o consumo do “produto” reproduzido são, aparentemente, muito simples para merecerem considerações. Contudo, cabe lembrar que os seres humanos não são exclusivamente força de trabalho, mas seres que amam, odeiam, desprezam, invejam etc. Através das relações sociais são trocados não apenas mercadorias, como por exemplo a força de trabalho, como também sentimentos de toda ordem: tanto a solidariedade quanto a hostilidade, tanto o amor quanto o rancor, tanto a liberdade quanto a opressão. Já que o ser humano constitui uma permanente fonte de energia vital, está tão apto a empregá-la na atividade *trabalho*, como no *gozo* da vida. Também nas atividades não-obrigatórias, prazerosas o ser humano se consome. O consumo de homens e de mulheres, portanto, tem lugar em todas as atividades, embora estas não sejam igualmente desgastantes desta fonte produtora de energia vital. Nem mesmo todas as atividades *trabalho* apresentam igual potencial de consumo da referida energia vital. Não se trata, como alguns poderiam presumir, de atentar exclusivamente para as condições de trabalho, mas também e, às vezes, sobretudo para a disposição interna da pessoa para a prática de tal ou qual atividade. Sua maior identificação com uma atividade pode significar um alívio de tensões e, por conseguinte, um menor dispêndio de energia vital. Eis porque os *hobbies* desempenham função tão importante na agitada vida urbana contemporânea. Embora não se pretenda aprofundar esta análise, seria interessante reter que os seres humanos não dispõem tão-somente de força de trabalho, mas de uma energia vital capaz de se empenhar em qualquer atividade: no trabalho para garantir a sobrevivência tanto quanto na vingança para satisfazer ao ódio. E talvez o aspecto mais relevante seja a indiferenciação desta energia

vital, que se empenha em múltiplas atividades simultaneamente, consumindo-se. Convém salientar que, embora uma grande parte desta energia vital permaneça indiferenciada, parcelas ponderáveis dela especializam-se de acordo com o treinamento formal ou informal das pessoas em distintas atividades.

Lamentavelmente, Marx e Engels, assim como a quase totalidade de seus seguidores, investiram muito no estudo do ser humano enquanto força de trabalho, descurando-o enquanto protagonista de outros papéis sociais. Embora Engels tenha atentado para a importância da *reprodução*, não se aprofundou em sua análise. Para que a produção dos homens seja situada no mesmo nível da produção das mercadorias é preciso que se adote uma estratégia política “desconstrutiva” (Scott, 1988), abolindo-se do horizonte do pensamento a dicotomização entre o racional e o emocional. O homem enquanto força de trabalho não utiliza somente a razão, o que equivale a dizer que a dimensão emocional impregna a produção de mercadorias. Da mesma forma, o ato da reprodução biológica não é, exclusivamente, um ato de amor; é também um ato racional, na medida em que se planeja ter um filho. A existência de variadas práticas contraceptivas e de avançadas técnicas médicas para reparar a esterilidade feminina ou masculina demonstra como a razão preside a muitos atos de concepção. Também a reprodução social envolve diferentes dimensões da psique. Por via de consequência, não faz sentido afirmar que a produção de mercadorias é presidida pela razão e a produção dos seres humanos, pela emoção. Ambas estão presentes em qualquer ação humana. Ademais, volta-se a lembrar, produção e reprodução são faces de um mesmo processo de produzir a vida.

Como esta é a primeira vez que se faz este tipo de análise da reprodução em seus quatro momentos — produção, distribuição, troca e consumo — ela talvez careça bastante de aprofundamento. Na impossibilidade de realizar esta tarefa agora, lança-se mão da interessante abordagem antroponômica, desenvolvida por Bertaux (1977). Este autor propõe-se a utilizar o esquema metodológico desenvolvido por Marx no *posfácio* (1957). Todavia, além de ignorar a troca, não toma a distribuição na mesma acepção de Marx. Efetivamente, lidando com a produção, Marx pensa a distribuição em termos das modalidades de apropriação do produto por parte dos que se situam contraditoriamente na estrutura de classes: salário e lucro. Em outras palavras, trata-se do momento em que o produto volta aos participantes do processo produtivo. Por esta razão, pensou-se na gratificação-punição como o retorno do “produto” do processo produtivo dos homens àqueles que neste se engajaram. Não é este, porém, o entendimento de Bertaux que, em sua análise, se afasta de Marx neste particular. Como se trata de uma proposta rica, passa-se a examiná-la, ainda que ligeiramente.

Bertaux (1977, p.48) pensa a distribuição antroponômica como a alocação dos seres humanos nas diferentes posições oferecidas pela estrutura de classes. Não se trata, pois, da alocação de pessoas particulares em empregos específicos, mas da distribuição de membros de uma coletividade pelas posições de classe disponíveis na estrutura respectiva. Caberia perguntar de que maneira elementos humanos de um grupo social acabam por se situar neste ou naquele lugar social. O autor em exame refuta a tese de a escola atuar enquanto “aparelho ideológico de Estado dominante” (Althusser, 1970), assim como a hipótese de que o aparato escolar desempenhe a função fundamental na reprodução das relações de produção (Bourdieu e Passeron, 1971; Baudelot e Establet, 1971). Na perspectiva de Bertaux (1977, p.50), a escola não representa senão um papel secundário no processo de reprodução das relações de produção e foi tão valorizada por outros autores porque estes não se detiveram na análise da instituição da herança, “diretamente responsável pela reprodução da relação capital-trabalho”.

Os mesmos autores que conferem à escola um papel que ela não tem, recorrem também à família, a fim de mostrar a cadeia de instituições e processos responsáveis pela distribuição antroponômica. Bertaux (1977, p.50) discorda da expressão genérica “a família confere a seus filhos um capital cultural”, preferindo examinar a importância relativa do grupo familiar em cada tipo específico deste grupamento: família rica, família de profissionais, família de camponeses e família operária. Desta maneira, a tese geral sofre palpáveis alterações: as famílias das pessoas, como formas de elas viverem seus meios sociais de origem, “marcam-nas profundamente, mas não as marcam da mesma maneira”.

Mesmo quando se agrega ao objeto de análise o mercado de trabalho, não se chega a compreender a distribuição antroponômica se não se atentar para a instituição da herança, na opinião do autor em pauta. A ênfase que ele coloca na herança não permite perder de vista que o processo de reprodução não é senão uma face da produção *tout court*, cuja outra face é a produção de mercadorias. Em outros termos, não seria possível existir a produção econômica sem a produção antroponômica e vice-versa.

Homens e mulheres participam dessas duas dimensões da produção da vida. As mulheres, todavia, predominam amplamente na produção antroponômica, ao passo que estão mais ou menos longe, dependendo do país, de conquistar equidade na produção econômica reconhecida como tal. Conquanto não se deseje adentrar esta questão, lembra-se que as mulheres constituem grandes efetivos do chamado mercado informal de trabalho e que são, sistematicamente, subenumeradas. Tanto assim é que estatísticas de nenhum país coincidem com os dados levantados pela ONU, quando da avaliação do meio da Década

da Mulher, em 1980, quais sejam: as mulheres realizavam dois terços do trabalho mundial, embora se apropriassem de apenas 10% da renda e detivessem tão-somente 1% da propriedade. Donde se conclui que, dentre os deserdados, as mulheres são, proporcionalmente, mais numerosas, além de serem as mais miseráveis dentre os pobres. Esta perspectiva de gênero, lamentavelmente, não está presente na abordagem de Bertaux.

É correto afirmar, com ele, que “a existência da relação de propriedade capitalista pressupõe a existência massiva da relação de não-propriedade e a reprodução da primeira contém, *de facto*, a reprodução da segunda (Bertaux, 1977, p.59). Ora, estas *relações de distribuição dos meios de produção* fazem parte, não das relações de distribuição, mas das *relações de produção*: são as relações que articulam o econômico e o antroponômico. (...) Este primeiro sentido da expressão “distribuição antroponômica” permanece superficial e tende a mascarar seu segundo sentido, de outro ângulo, mais essencial: o da distribuição inicial das “pessoas”, ou melhor, das *famílias*, nos lugares de classe, a começar pelos lugares de proprietário dos meios de produção. Neste segundo sentido, as relações de distribuição fazem parte das *relações de produção* (e não das relações de distribuição). A herança de capital, que em sentido estrito é a principal relação de reprodução das relações de produção, faz parte das relações de produção.

Os momentos da produção *stricto sensu* e da reprodução são articulados por Bertaux nos mesmos termos em que Marx o fez no mencionado posfácio, o que lhe permite uma amarração perfeita das duas faces do processo de produção da vida. Ainda que considerando legítimo este procedimento, vê-se necessidade de vincular, de alguma maneira, as duas formas de pensar a distribuição antroponômica. Na origem, sem dúvida, tratava-se da distribuição das “famílias” pelas posições na estrutura de classes, o que equivale a dizer que se tratava da distribuição dos meios de produção. Obviamente, a reprodução deste processo tem de ser garantida para que o capitalismo possa operar. Todavia, não se podem desprezar aspectos da reprodução biológica e social, que apenas aparentemente não estão presentes na produção de mercadorias, para que o ser humano não seja tratado tão-somente enquanto força de trabalho. A distribuição antroponômica enquanto gratificação-punição para os produtores de seres humanos reforça a abordagem do ser humano enquanto totalidade do pensar-sentir-agir.

Já que se optou por colocar à disposição do leitor uma síntese do pensamento de Bertaux, torna-se imprescindível examinar, ainda que sucintamente, a questão da determinação. Quando Marx examinou a produção *lato sensu* em seus momentos constitutivos mostrou que, embora cada um exercesse poder de determinação sobre os demais, a produção *stricto sensu* era o mais determinante, o que não é, de forma

alguma, contestado pelo autor em pauta. No que tange à produção antroponômica, todavia, ele procede a uma inversão do processo de determinação. Com efeito, afirma (1979, p.66): “no processo de produção/distribuição/consumo antroponômico, o momento que determina os outros é ...o momento do consumo. (...) ...não é a produção dos homens que determina a produção das coisas, é a produção das coisas que (...) determina a produção dos seres humanos; e ela tende a determiná-la como produção específica de *agentes de produção* (econômica). É por causa desta relação entre os dois processos que no processo de produção/distribuição/consumo antroponômico, é o momento correspondente ao momento da *produção* econômica, qual seja, o momento do consumo antroponômico, que domina ou tende a dominar o conjunto do processo antroponômico”.

Também na produção econômica o consumo determina a produção. O consumo de alimentos, por exemplo, condiciona sua produção, na medida em que deve haver, simultaneamente à produção de comestíveis, uma produção de pratos, travessas, talheres etc. Mas, por outro lado, o consumo não estaria sendo determinado pela produção, momento este com poder de determinar não apenas o consumo, mas também sua forma? Desta sorte, parece mais do que óbvio que a produção *stricto sensu* constitui o momento determinante *por excelência* da totalidade produção *lato sensu*. No que tange à produção antroponômica, passar-se-ia o mesmo ou teria razão Bertaux em considerar o consumo como o momento determinante? A posição deste autor parece reducionista, na medida em que o ser humano (que o autor reconhece como portador de “energia humana”) não conta senão como força de trabalho. Efetivamente, se o consumo dos homens determina sua produção, não é a energia humana em sua totalidade que está sendo considerada, mas apenas aquela capaz de produzir mercadorias, aí incluídas a de produzir a mercadoria força de trabalho. É estranho que Bertaux tenha adotado esta posição, uma vez que seu enfoque pretende tomar o ser humano na sua integridade e não apenas enquanto trabalhador. Defende-se, neste ensaio, a tese de que a produção antroponômica, dada sua inseparabilidade da produção econômica (são duas faces da produção da vida), não pode se radicar numa situação de determinação às avessas. Ao contrário, tanto do ponto de vista lógico, quanto do ângulo histórico, as evidências apontam para a produção como o momento mais determinante. Se a produção econômica e a produção antroponômica não são senão duas faces de um mesmo processo de produzir a vida, não há porque inverter o processo de determinação. Mais do que isto, se se admite tratar-se do mesmo processo, em suas duas faces, seria no mínimo inadequado pensar em diferentes determinações. Por que um único processo teria tipos distintos, ou melhor, inversos de determinação? Não seria ilógico pensar desta maneira? Assim, embora se reconheça um enorme mérito na análise de Bertaux,

cuja contribuição — cabe ressaltar — foi extremamente importante para mostrar a indissolubilidade entre a produção econômica e a produção antropológica, não se pode concordar com a determinação pelo consumo nesta última. Concebe-se a produção como determinante em ambos os tipos de produção. Há evidências a este respeito. O Estado investe na produção antropológica quando as demandas da força de trabalho são altas ou quando homens são necessários na guerra para satisfazer a pretensões expansionistas. Quando estas necessidades se restringem, o Estado se retira desta empreitada, chegando a desestimular este tipo de produção, através da adoção de políticas antinatalistas. A intervenção do Estado preserva sempre o exército industrial de reserva, a fim de permitir à produção a maximização dos lucros.

De acordo com Combes e Haicault (1987, p.33), a abordagem antropológica “restabelece a unidade da produção dos bens e a dos seres humanos, tentando fundamentar a análise das formas sociais da reprodução nas relações sociais de produção, e apreender a sua evolução, em sua articulação com formas de desenvolvimento do capitalismo”. Em outros termos, as relações de classe estão presentes na reprodução, assim como as relações de gênero penetram na produção.

Rigorosamente, não existem fronteiras para as relações humanas, sejam elas de gênero ou de classe, uma vez que elas são constitutivas umas das outras, fundindo-se numa simbiose de lógica contraditória. Esta idéia de fusão foi trabalhada por Segal (1987): “Não deveríamos buscar a primazia do sexo, da classe ou da raça, nem isolá-las como estruturas separadas, já que elas se fundiram historicamente. As feministas socialistas na Inglaterra precisam partir da realidade contemporânea de uma sociedade de classes capitalista racial e sexualmente dividida.” Disto se pode concluir ser despropositada uma ciência que leve em conta apenas a contradição entre as classes sociais, deixando de lado o antagonismo entre os gêneros ou vice-versa. Eis porque parece frutífera a adoção do enfoque antropológico. Mesmo discordando-se de Bertaux, reconhece-se a utilidade de sua análise, pois esta não separa produção e reprodução.

Nesta linha de raciocínio, vale a pena retomar a questão das alianças entre homens e mulheres. Se a aliança é estabelecida entre seres socialmente desiguais, é óbvio que as relações de oposição contraditória permeiam os acordos. Logo, a consciência de classe assume outro caráter quando se pensa a heterogeneidade sexual deste grupamento social. Para a ciência androcêntrica, que ignora mais da metade da humanidade, a consciência de classe é atingida quando os membros desta classe se tornam capazes de defender seus próprios interesses. Trata-se, como se sabe, da passagem da classe em si para a classe para si. Este tipo de ciência não se pergunta a respeito das oposições contraditórias vividas no seio da mesma classe social. A existência das alian-

ças desiguais revela que os interesses de gênero tornam fragmentada a consciência de classe. Talvez “fragmentada” seja um termo muito forte. O importante a reter é que a organização de gênero promove fraturas no edifício da consciência de classe, exatamente por ser ignorado pela ciência falocêntrica. Quando levadas em consideração, as contradições de gênero podem elevar o nível de consciência de classe, já que as fraturas desta não significam poros vazios, mas fissuras recheadas de desigualdades entre homens e mulheres.

O acima exposto exige um comentário sobre o caráter teleológico ou não-teleológico da história. Quando se admite a consciência de classe, fica difícil, senão impossível, conceber a história sem *telos*, pois as classes terão como objetivo, em suas lutas, realizar seus interesses. Passar-se-á o mesmo com os gêneros se se admitir a consciência de gênero? Procurarão os gêneros lutar pela realização de seus interesses? Será suficiente a identidade de gênero para que os gêneros lutem pela consecução de seus interesses? Classes sociais permeadas por antagonismos de gênero serão capazes de, efetivamente, realizar seus interesses? Respostas a estas perguntas exigem uma política desconstrutiva das categorias sócio-culturalmente dadas, assim como das categorias “científicas”. “Essa separação arbitrária de um ‘modo de produção’ de tudo que realmente ocorre na história (tão característica da dupla idealista/economista) acaba não nos dizendo nada e desculpando tudo (...) E por muito tempo essa dissociação espúria da ‘produção’/‘consciência’ — que é ela mesma a velha dicotomia entre matéria/espírito ou corpo/alma, reaparecendo sob a forma marxista — foi questionada, na tradição marxista, de um lado, pelos historiadores e antropólogos, que insistiram para que idéias, normas e regras fossem recolocadas no modo de produção, sem o que este não poderia sobreviver nem mesmo por um dia; e de outro, pelos materialistas culturais, que insistiram em que a noção de ‘superestrutura’ nunca foi materialista” (Thompson, 1981, p. 177-8). “A tarefa não é, pois, fácil; consiste em desconstruir a razão cartesiana em sua totalidade e impedir que seu caráter invasivo, enraizado ao longo de séculos de prática, venha penetrar tentativas de focalizar antropológica e dialeticamente os fenômenos sociais. Eis porque é necessário fazer uma revisão da ontologia e das bases epistemológicas da Ciência.

Enquanto as contradições fundamentais da sociedade não forem superadas, haverá distintas perspectivas de classe, de raça e de gênero. Não se trata de uma escolha dos agregados sociais subalternos e dominantes. A partir do *ponto de observação* destes dois tipos diferentes de grupamentos sociais, torna-se disponível uma determinada perspectiva sobre a realidade. O ponto de vista dos oprimidos (dominados-explorados) revela-se menos parcial, ainda que o seja, e, portanto, mais fidedigno, por ser mais abrangente. A isto Jaggar (1989) chama de privilégio epistemológico. Se isto for verdadeiro, as mulheres têm possi-

bilidade, e esta tem sido demonstrada, de fazer ciência de uma espécie diferente daquela realizada pelos homens, o que seria válido também para grupos étnicos e classes sociais oprimidos (dominados-explorados). “Tanto o conteúdo quanto a forma de pensamento, ou de idéias e de processos através dos quais essas idéias são geradas e compreendidas, são afetados por fatores sociais concretos, um dos quais o gênero. Tomada globalmente, neste sentido, dizemos que a ciência tem gênero” (Farganis, 1989, p.208).

Deixando-se a questão da etnia de lado, pode-se afirmar que o gênero e a classe tornam disponível uma perspectiva que pode ou não ser assumida pelo gênero e pela classe subalternos. Como a ideologia dominante penetra largamente na ideologia dominada (ou contra-ideologia), esta apresenta contradições mais profundas que a primeira. Eis porque nem sempre o ponto de observação privilegiado e disponível fornece a perspectiva realmente assumida pelas categorias sociais subalternas. Se houvesse a determinação do ângulo de visão não haveria mulheres machistas, nem operários com espírito de patrão, nem “negro de alma branca”. A disponibilidade de uma epistemologia dos oprimidos é gerada pelas condições concretas. Todavia, não se trata de uma disponibilidade; cabe aos agentes sociais, que fazem sua própria história, trilhar os caminhos da mistificação ou da subversão da ordem, na defesa de seus interesses.

Uma epistemologia feminista não despreza a emoção enquanto via de conhecimento (Jaggar, 1989), mesmo porque a emoção pode muito bem fecundar a razão. A comunicação humana constitui um processo de registrar e estruturar a experiência e a emoção participa ativamente deste processo. “Tal atividade é limitada pela (frequentemente fluida) natureza do equipamento cognitivo humano e pela (também fluida) natureza da realidade; (...) ..imperativos são requeridos para limitar as espécies de sentido que podem ser, de forma responsável, atribuídos à experiência; e eu tomo a noção de responsabilidade epistêmica para apoiar um feixe de considerações que atuam para constituir tais imperativos” (Code, 1989, p.160).

A  
O  
processo  
conhecimento

Não se pretende, aqui, fechar questão sobre diferentes formas de conhecer para homens e mulheres. Entretanto, insiste-se em deixar esta possibilidade aberta, já que as experiências de mulheres e homens são muito distintas em uma sociedade na qual não há igualdade social entre os gêneros. Embora não se pretenda entrar neste terreno, remete-se o leitor a Code (1989), que desce ao nível da Biologia, a fim de explicar as distintas experiências de homens e mulheres. Prefere-se, neste ensaio, enfatizar o aspecto social do conhecimento. O conhecimento e, portanto, a ciência é um processo social. A compreensão deste fato constitui um “pré-requisito necessário, tanto política quanto intelectualmente, para a construção de uma teoria feminista na ciência” (Kel-

ler, 1989, p. 178). Para aprofundar ainda mais a crítica à ciência falocêntrica, pode-se desconstruir-reconstruir o conceito de objetividade e, negando a oposição entre objetividade e subjetividade, afirmar que as relações dialéticas entre ambas permitem discernir entre o investimento objetivo e a ilusão objetiva.

“...As pretensões feministas deveriam ser tomadas não como ‘aproximações da verdade’, que podem ser entrelaçadas em um tecido sem costura de representação do mundo ‘lá fora’, mas como instigadores parciais permanentes de ruptura e de deslindamentos dos esquemas dominantes de representação. Desta perspectiva, se há ‘um’ ponto de observação feminista, ele só pode ser aquele que emerge das lutas políticas da ‘consciência oposicional’ — de oposição precisamente à aspiração de ‘uma história verdadeira’, que tem sido o motor psíquico da ciência ocidental” (Harding, 1989, p.198-9).

Já que se está usando o conceito de representação, será de bom alvitre definir o que se entende por ele. Chamar-se-á representação aqui ao reconhecimento do eu e do outro e, sobretudo, à relação entre o eu e o outro, podendo estes ser classes sociais, grupos étnicos ou categorias de gênero (Oliveira, 1987). A natureza da relação é, pois, contraditória. A representação não se confunde com a vivência, com a experiência. A representação é o pensar-sentir a vivência. Tem lugar segundo uma base material, que nutre o nível simbólico e por ele é alimentada. Na realidade concreta, não se podem separar o material e o simbólico: um é constitutivo do outro. Desta sorte, sem correr o risco de deslizar para uma oposição idealista, pode-se afirmar que as representações que os homens e as mulheres fazem da realidade social operam como forças propulsoras de novas ações. Por conseguinte, trata-se de forças propulsoras da própria história que, uma vez integradas na experiência, constituem verdadeiras forças materiais. Mais uma vez, torna-se patente a necessidade da adoção de uma política desconstrutiva, que não apenas ataque no *front* da ciência, como também no das noções fornecidas pela cultura, pois estas são formadoras do gênero, das classes e das segregações raciais.

Pensando a ciência mais enquanto prática que enquanto conteúdo, mais enquanto processo que enquanto produto, pode-se sugerir que, em vez de lutar por uma ciência feminista, se lute por uma forma feminista de se fazer ciência (Longino, 1989). Talvez valha a pena explicitar que uma prática científica feminista admite a interferência da política no raciocínio e na interpretação. Deste modo, a política acaba interferindo no próprio conteúdo da prática científica feminista. Mais uma vez, torna-se imperativa a adoção de uma estratégia política desconstrutiva, porquanto se a separação entre matéria e espírito não é permanente, a polarização entre o homem e a mulher tem sido constante. Efetivamente, quaisquer que sejam as quali-

dades atribuídas como essenciais a um dos gêneros são imediatamente negadas ao outro.

A ampliação das fronteiras do materialismo histórico, neste ensaio, a fim de se poderem tratar holisticamente as relações sociais numa sociedade dividida em classes sociais e em gênero, encontram amparo nos próprios fundadores desta concepção de história. Portanto, não custa lembrar uma passagem de Marx e Engels (1951, p.61) a propósito do objetivo e do subjetivo, tão tipificadores do masculino e do feminino. “O principal defeito de todo materialismo passado — aí compreendido o de Feuerbach — é que o objeto, a realidade, o mundo sensível não são apreendidos senão sob a forma de objeto ou intuição, mas não enquanto atividade humana concreta, enquanto prática, de maneira subjetiva. É isto que explica porque o lado ativo foi desenvolvido pelo idealismo, mas somente abstratamente, pois o idealismo não conhece naturalmente a atividade real, concreta, como tal. Feuerbach quer objetos concretos, realmente distintos dos objetos do pensamento; mas ele não considera a própria atividade enquanto atividade objetiva.”

O exposto impõe que se façam algumas considerações sobre uma nova ontologia. Enquanto a ontologia do pensamento ocidental define-se pela oposição entre o EU e o OUTRO, uma ontologia feminista tem por núcleo a concepção da relação EU-OUTRO, o que é significativamente distinto da oposição *tout court* eu-outro (Whitbeck, 1983). Nesta ótica, cada ser humano é a história de suas relações sociais. Ora, um ser humano não entra em relação com apenas um OUTRO, mas com incontáveis OUTROS. Não se trata, por conseguinte, de uma relação diádica de oposição. De uma ilimitada variedade de formas, os OUTROS podem ser similares ou diferentes. Da mesma maneira, similitudes e diferenças podem ser encontradas entre o EU e o OUTRO. Uma pessoa consiste numa configuração de relações sociais. São constitutivas do EU relações passadas e presentes, realizadas e procuradas, prazerosas e desagradáveis. O êxito das ações do EU pode ser pensado em termos de sua capacidade de considerar o OUTRO como uma totalidade orgânica de relações.

A ótica da oposição entre o EU e o OUTRO condiciona lutas do EU para dominar ou anular o OUTRO. Quando se concebe o EU e o OUTRO como seres análogos, as relações entre as pessoas se processam através da identificação e da diferenciação. Não se trata de perceber apenas corpos, que entram em relação um com o outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU que entra em relação com o OUTRO. Desta sorte, os seres humanos só podem ser adequadamente entendidos nas suas relações com outros seres humanos. Deste ângulo, a pessoa é entendida como um ser relacional e histórico. “Alguém transforma-se em uma pessoa em e através de re-

lações com outras pessoas: ser uma pessoa significa ter uma história de relações com outras pessoas e a realização do EU só pode ser alcançada em e através de relações e práticas” (Whitbeck, 1983, p.82).

A construção do gênero pode, pois, ser compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama de relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens. Também as classes sociais se formam na e através das relações sociais. Pensar estes agrupamentos humanos como estruturalmente dados, quando a estrutura consiste apenas numa possibilidade, significa congelá-los, retirando da cena a personagem central da história, ou seja, as relações sociais. O resgate de uma ontologia relacional deve ser, portanto, parte integrante de uma maneira feminista de fazer ciência. Esta constitui também uma forma de repor os seres humanos no objeto da ciência; uma maneira, em suma, de tornar HUMANAS as Ciências Humanas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. Appareil idéologique d'État dominant. *La Pensée*, Paris, juin 1970. [reeditado em *Positions*, Paris, juin 1976, sob o título *Idéologie et appareils idéologiques d'État*]
- ARMSTRONG, Pat, ARMSTRONG, Hugh. Beyond sexless class and classless sex: towards feminist marxism. *Studies in political economy*, n.10, p.743, 1983. [apud LEWIS, J. The debate on sex and class. *New Left Review*, Londres, n.149, 1985]
- BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- . *L'amour en plus*. Montrouge: Flammarion, 1980.
- BARRET, Michèle. *Women's oppression today: problems in marxist feminist analysis*. Londres: Verso, 1980.
- BAUDELLOT, Christian, ESTABLET, Roger. *L'école capitaliste en France*. Paris: Maspéro, 1971.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- BENHABIB, Seyla. The generalized and the concrete other. In: BENHABIB, S., CORNELL, D. (eds.) *Feminism as critique*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988, p.77-95.
- BENHABIB, Seyla, CORNELL, Drucilla (eds.) *Feminism as critique*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988. Introd. p.1-15: Beyond the politics of gender.
- BENSTON, Margaret. The political economy of women's liberation. *Monthly Review*, Nova Iorque, n.20, Sept. 1969.

- BERTAUX, Daniel. *Destins personnels et structure de classe*. Vendôme: P.U.F., 1977.
- BETTELHEIM, Charles. Remarques théoriques. In: EMMANUEL, A. *L'échange inégal*. Paris: Maspéro, 1960.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. *La reproduction*. Paris: Minuit, 1971.
- BRENNER, Johanna, RAMAS, Maria. Rethinking women's oppression. *New Left Review*, Londres, n.144, p.33-71, March/Apr. 1984.
- BURNHAM, Linda, LOUIE, Miriam. The impossible marriage: a marxist critique of socialist feminism. In: SARGENT, Lybia (ed.) *Women and revolution: a discussion on the unhappy marriage of marxism and feminism*. Boston: South End Press, 1981. p.1-42.
- BUTLER, Judith. Variations on sex gender. In: BENHABIB, Seyla, CORNELL, Drucilla (eds.). *Feminism as critique*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988. p.128-42.
- CHODOROW, Nancy. *The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender*. Berkeley: University of California Press, 1978 [tradução brasileira, *Psicanálise da Maternidade*, Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Tempos, 1990]
- CODE, Lorraine. Experience, knowledge, and responsibility. In: GARRY, Ann, PEARSALL, Marilyn (eds.) *Women, knowledge, and reality: explorations in feminist philosophy*. Boston: Unwin Hyman, 1989. p.157-71.
- COMBES, Danièle, HAICAULT, Monique. Produção e reprodução: relações sociais de sexo e de classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.23-43.
- CONNOLLY, Clara, SEGAL, Lynne. Feminism and class politics: a round table discussion. *Feminist Review*, Londres, n.23, p.13-30, 1986.
- CORNELL, Drucilla, THURSCHELL, Adam. Feminism, negativity, intersubjectivity. In: BENHABIB, Seyla, Drucilla (eds.) *Feminism as critique*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988. p.143-62.
- DELPHY, Christine. Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles. *Nouvelles questions féministes*, Paris, n.2, p.59-74, 1981.
- EISENSTEIN, Zillah. *Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1979. Cap. Some notes on the relations of capitalist patriarchy.
- ENGELS, Friedrich. Engels à Joseph Bloch, Londres 21 septembre 1890. In: MARX, K., ENGELS, F. *Études philosophiques*. Paris: Éd. Sociales, 1951.
- \_\_\_\_\_. *L'origine de la famille, de la propriété privée et de l'État*. Paris: Éd. Sociales, 1954.
- FARGANIS, Sondra. Feminism and the reconstruction of social sciences. In: JAGGAR, Alison, BORDO, Susan (eds.) *Gender/body/knowledge: feminist reconstructions of being and knowing*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1989. p.207-23.
- FLAX, Jane. Postmodernism and gender relations in feminist theory. *Signs*, Chicago, v.12, n.4, p.621-43, Summer 1987.
- FERRAND, Michèle. *Reflexões metodológicas sobre uma abordagem em termos de relações sociais de sexo*. Caxambu, 1988. mimeo. [comun. apres. ao GT Mulher na Força de Trabalho, 13º Encontro Anual da ANPOCS]
- FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité: la volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- FRANCO, Maria Sylvia de C. Sobre o conceito de tradição. *Cadernos CERU*, São Paulo, n.5, p.9-40, 1972.
- GAGNON, John, HENDERSON, Bruce. The social psychology of sexual development. In: SKOLNICK, A. SKOLNICK, J.H. (eds.) *Family in transition*. Boston, Little & Brown, 1977.
- GODELIER, Maurice. *La production des grands hommes*. Paris: Fayard, 1982.
- \_\_\_\_\_. As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n.26, p.9-29, 1980.
- GOUGH, Ian. *The political economy of the welfare state*. Londres: Macmillan, 1979 (apud SHAVER, 1989).
- HARDING, Sandra. Feminist justificatory strategies. In: GARRY, Ann, PEARSALL, Marilyn (eds.) *Women, knowledge, and reality: explorations in feminist philosophy*. Boston: Unwin Hyman, 1989. p.189-201.
- HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union. In: SARGENT, L. (ed.) *Women and revolution: a discussion on the unhappy marriage of marxism and feminism*. Boston: South End Press, 1981.
- HENSLIN, JAMES M. *Studies in the sociology of development*. Nova Iorque: Dutton, 1960. Cap. The sociological point of view.
- JAGGAR, Alison M. Love and knowledge in feminist epistemology. In: JAGGAR, A., BORDO, S. (eds.) *Gender/body/knowledge: feminist reconstruction of being and knowing*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1989. p.145-71.
- KELLER, Evelyn Fox. Feminism and science. In: GARRY, Ann, PEARSALL, Marilyn (eds.) *Women, knowledge, and reality: explorations in feminist philosophy*. Boston: Unwin Hyman, 1989. p.175-88.
- LAVINAS, Lena. *Identidade de gênero: um conceito da prática*. Caxambu, 1989. mimeo. [Comun. apres. ao GT Mulher na Força de Trabalho, 13º Encontro Anual da ANPOCS]
- LES RAPPORTS Sociaux de sexe: problématiques, méthodologies, champs d'analyse; Actes de la table ronde internationale des 24-25-26 novembre 1987. *Cahiers*, Paris, n.7, avr.-maj. 1988.

- LONGINO, Helen E. Can there be a feminist science? In: GARRY, Ann, PEARSALL, Marilyn (eds.) *Women, knowledge, and reality: explorations in feminist philosophy*. Boston: Unwin Hyman, 1989. p.203-16.
- LOWN, Judy. Not so much a factory, more a form of patriarchy: gender and class during industrialization. In: GMARNIKOW, Eva et al. *Gender, class, and work*. Londres: 1983.
- MacKINNON, Catharine A. Feminism, marxism, method, and the state: toward feminist jurisprudence. *Signs*, Chicago, v.8, n.4, p.635-58, 1983.
- \_\_\_\_\_. Feminism, marxism, method, and the state: an agenda for theory. *Signs*, Chicago, v.7, n.3, p.515-44, Spring 1982.
- MARX, Karl. *El capital*. México: Fondo de Cultura, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Contribution à la critique de l'économie politique*. Paris: Éd. Sociales, 1957.
- \_\_\_\_\_. *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*. Paris: Éd. Sociales, 1963a.
- \_\_\_\_\_. Les luttes de classes en France. Paris: Éd. Sociales, 1952.
- \_\_\_\_\_. *Manifeste du Parti Communist*. Paris: Union Générale d'Étions, 1963b.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Études phylosophiques*. Paris: Éd. Sociales, 1951.
- \_\_\_\_\_. *L'idéologie allemande*. Paris: Éd. Sociales, 1957.
- MASTERS, William, JOHNSON, Virginia R. *Human sexual response*. Boston: Little & Brown, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Human sexual inadequacy*. Boston: Little & Brown, 1970.
- MITCHELL, Juliet. *Psychanalyse et féminisme*. Paris: Éd. Des Femmes, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ROWBOTHAN, Sheila. O movimento de mulheres e a organização para o socialismo. In: WAINRIGHT, H., SEGAL, L., ROWBOTHAM, S. (ed.) *Além dos fragmentos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ROSS, Ellen, RAPP, Rayna. Sex and society: a research note from social history and anthropology. In: SNITOW, A., STANSELL, C., THOMPSON, S. *Powers of desire: the politics of sexuality*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1983.
- RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex. In: REITER, R. (ed.) *Toward an anthropology of women*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1975. p.157-210.
- SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Força de trabalho feminina: no interior das cifras. *Perspectivas*, São Paulo, n.8, p.95-141, 1985.
- \_\_\_\_\_. Movimentos sociais: face feminina. In: CARVALHO, Nanci V. (org.) *A condição feminina*. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

- \_\_\_\_\_. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: LANGLEY, R. LEVY, R.C. (orgs.) *Mulheres espancadas: fenômeno invisível*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SARMIENTO, Martha Nunez. *La mujer y el empleo en la revolución cubana*. Havana, 1988. (Série Crisis, Sociedad y Mujer: Estudio comparativo entre países de América 1950-1985, n.3)
- SCOTT, Joan W. *Gender and the politics of history*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1988.
- SEGAL, Lynne. *Is the future female: troubled thoughts on contemporary feminism*. Londres: Virago, 1987.
- \_\_\_\_\_. Slow change or no change? feminism, socialism and the problem of men. *Feminist Review*, Londres, n.31, p.5-21, 1989.
- SHAVER, Sheila. Gender, class, and the welfare state: the case of income security in Australia. *Feminist Review*, Londres, n.32, p.90-110, 1989.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- WEBER, Marx. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.
- \_\_\_\_\_. *The methodology of social sciences*. Nova York: The Free Press of Glencoe, 1949.
- WEIR, Angela, WILSON, Elizabeth. Feminism and class politics. *New Left Review*, Londres, n.148, p.74-103, 1984.
- WHITBECK, Caroline. A different reality: feminist ontology. In: GOULD, C. C. (ed.) *Beyond domination: new perspectives on women and philosophy*. Totowa (NJ): Rowman & Allanheld, 1983. p.64-88.
- WILSON, Elizabeth. Beyond the ghetto: thoughts on 'Beyond the fragments — feminism and the making of socialism'. *Feminist Review*, Londres, n.4, p.28-44, 1980.